

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA "Amazônia: Patrimônio dos brasileiros"

CERTIDÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO № 016/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO № 0028072025

Ao décimo sétimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, eu VENICIUS ANTONY LINHARES, Agente de Contratação - DPE-RR, designado pela Portaria 1283/2024/DRH-CG/DRH/DG/DPG , no uso de suas atribuições legais e considerando tudo que consta no Processo SEI nº 002807/2025, CERTIFICA com fulcro no art. 74, inciso III alínea "c" da Lei 14.133/2021, e ainda baseado no Parecer 227/2025/CONJUR/DPG, exarado pela CONJUR/DPE/RR (evento sei n.º 0740898), Parecer 842/2025/CI/DPG emitido pelo Controle Interno (evento sei nº 0743397), ambos opinando pela INEXIGIBILIDADE de licitação e Decisão - DPG-CG/DPG (evento sei nº 0745456), aprovando o procedimento de INEXIGIBILIDADE de Licitação, em favor da EMG - ESCRITORIO MACHADO & GUIMARAES LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 08.785.870/0001-25, sendo que a forma de pagamento será exclusivamente em caráter de êxito, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor efetivamente recuperado à título de restituição ou compensação de contribuições previdenciárias, cujo o objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e de auditoria contábil, com foco na revisão dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos membros e servidores da DPE/RR, visando à identificação e recuperação de créditos tributários, conforme condições e especificações descritas neste instrumento. O agente de contratação, entretanto, ressalva que, o instrumento da contratação será o contrato e que as certidões de Regularidade Fiscal, Trabalhista e Econômico-Financeiro estejam dentro de seus períodos de vigência. A responsabilidade pelas informações prestadas, necessidade da contratação, escolha do fornecedor e execução do futuro contrato é de inteira responsabilidade da Autoridade Responsável, que deverá atender integralmente, a forma da contratação em pauta, após análise e manifestação favorável da Consultoria Jurídica e Controle interno. Conforme determina a referida Lei em seu artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, o ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, como condição de eficácia dos atos, bem como deverá ser inserida no Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade - SAGRES/TCE-RR, em atendimento a Instrução Normativa n.º 002/2016 - TCE-RR/PLENO.

VENICIUS ANTONY LINHARES

Agente de Contratação - DPE/RR



Documento assinado eletronicamente por **VENICIUS ANTONY LINHARES**, **Agente de Contratação**, em 17/10/2025, às 12:45, conforme horário oficial de Boa Vista/RR, com fundamento no art. 6°, § 1° do <u>Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>, e Portarias DPG nº <u>877, de 1° de setembro de 2017</u> e nº 1251, de 15 de dezembro de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rr.def.br/autenticidade, informando o código verificador **0747182** e o código CRC **F87B27EF**.

002807/2025 0747182v2